



Banking Technology Word

“A Inovação e a gestão de riscos na Banca”



Luís Mira Amaral, CEO **BancoBIC**



I. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E AS VANTAGENS COMPETITIVAS PARA OS BANCOS

Embora as TI's tivessem tido ganhos espectaculares não são diferentes de outras tecnologias disruptivas que transformaram o Mundo desde as Revoluções Industriais.

Podem ter fornecido vantagens diferenciadoras numa fase inicial às empresas, mas ao longo do tempo cresceram, tornaram-se mais baratas, mais estandardizadas e mais acessíveis. **As TI's podem ser usadas para implementar e melhorar a implementação da estratégia empresarial mas não são mais fundamentos para uma vantagem competitiva sustentada.**

Com efeito:



- As TI's transformaram-se duma potencial vantagem estratégica para um custo comoditizado de fazer negócio.
- As TI's começam a ser como as prévias inovações estruturais (telefone, fax, rádio, sistema eléctrico, estradas, caminhos de ferro).
- A melhor maneira dos TI's preencherem e satisfazerem o seu potencial é tornarem-se uma infraestrutura standard e partilhada (por exemplo, os bancos já partilham tais infraestruturas)
- **A mitigação de riscos e o controlo de custos estão a tornar-se mais importantes que a inovação e os grandes investimentos nas TI's**
- Ao partilhar novas tecnologias naturalmente que isso pode corroer possíveis vantagens individuais mas aumenta os benefícios em termos de custos



Haverá então que optar entre:

- **Tecnologias proprietárias** se se conseguir que elas se mantenham protegidas da concorrência.
- **Tecnologias infraestruturais** no caso em que criam mais valor quando partilhadas do que quando usadas individualmente. Estas tecnologias tornar-se-ão então inevitavelmente parte da arquitectura de negócio do sector em causa.

Em todo o caso, poder-se-á dizer que **os bancos que consigam antecipar a maneira como as tecnologias de informação mudam o modelo de negócio disfrutarão duma vantagem competitiva transitória sobre a concorrência.**



Os standards ligados à Internet estão a mover-se rapidamente para as camadas superiores do modelo de arquitectura das TI's, passando das aplicações e da gestão da informação para os processos de negócio e respectivo suporte tecnológico. Neste contexto, a arquitectura da TI das empresas será cada vez mais formada por elementos distribuídos (aplicações, dados e informação) e por serviços e soluções em outsourcing.

Assim sendo, passa-se dum paradigma em que **a rede é o computador** para um novo conceito no qual **a rede é o processo de negócio**.

Ao integrar **o transporte de dados, voz e vídeo numa única rede standard, modular e escalável**, as empresas simplificam a gestão da infraestrutura, o que permite ganhos de eficiência para a organização.



A **convergência das aplicações** será outro passo a dar. Se se conseguir que aplicações chave como os CRM's e os ERP's forem integrados de forma transparente com soluções baseadas no Protocolo Internet (IP), sob a forma de **serviços Web** e sistemas de comunicação como o VOIP, o “unified messaging”, e o vídeo “conferencing”, os bancos terão grandes ganhos na produtividade e na eficiência organizacional.

As redes empresariais começam já a incorporar muitos tipos de aplicações avançadas, os sistemas operativos e o “middleware” num sistema adaptável, transformando-se assim em **redes de informação inteligentes** que permitem a integração harmoniosa de aplicações e serviços na infraestrutura de rede, a qual será um sistema único que será uma poderosa ferramenta para a gestão dos negócios.



Assim, a **inteligência das redes** consiste em permitir adicionar novas aplicações de negócio rapidamente, as quais tiram partido e se incorporam nas ferramentas e serviços já existentes. Neste contexto, as tecnologias avançadas e as aplicações são introduzidas na rede não como produtos mas sim como elementos dum sistema no qual se integram harmoniosamente.

Outro aspecto interessante tem a ver com a crescente flexibilidade que o software permite aos sistemas. No passado os sistemas eram inflexíveis e serviam apenas uma ou duas funções. Hoje, os sistemas podem ser instruídos através do software para servirem vários usos e funções. **Por outras palavras, a crescente importância do software face ao hardware nos sistemas, permite que o software comande cada vez mais o hardware**, tornando os sistemas cada vez mais flexíveis.



Outra tendência será a **evolução da indústria de software**. O modelo em que para cada aplicação se desenhava e produzia um software específico irá evoluir para um modelo mais próximo do industrial em que há módulos de software standard e que depois são montados e **assemblados em softwares aplicativos**. Será equivalente àquilo que se passa na indústria automóvel em que o fabricante já não produz o automóvel, limita-se a montar e “assemblar, os vários módulos e sistemas produzidos pela indústria de componentes.

Aqui estará talvez o facto mais marcante **da nova geração de software para as aplicações empresariais**. No passado, vendiam-se aplicações monolíticas – softwares para controlar funções tais como a contabilidade ou a manufactura. Agora a indústria de software mover-se-á para a chamada “**SOA – service-oriented architecture**”, fabricando pequenas unidades de software que serão combinadas para desenhar a **arquitectura adequada ao serviço ou função empresarial** que se quer controlar, como o SAP está a fazer com o desenvolvimento da plataforma Net Weaver.





Isto antecipa uma **forte luta entre a SAP e Oracle** na competição pelo mercado das “enterprise applications”, numa indústria de software comercial que tem presenciado grandes batalhas como foi o caso da Apple versus Microsoft, Informix versus Oracle, Netscape versus Explorer-Microsoft.

Sendo as TI's um meio, um instrumento para gerir o negócio e não um fim em si, **o CIO (Chief Information Officer) terá que conhecer o negócio e não ser apenas um “expert” das tecnologias da informação.** Neste contexto, um bom CIO é hoje em dia um recurso escasso e difícil de obter na medida em que deverá dominar as duas valências – conhecimento do negócio e alguma “expertise” nas tecnologias dos sistemas de informação.

Por último, as experiências americana e europeia mostram que **as TI's só podem aumentar a produtividade das organizações quando combinadas com grandes mudanças nas práticas de negócio, nas organizações, nas relações industriais e nas mentalidades.**





II. A CRISE DO “SUBPRIME MORTGAGE”

Os excedentes comerciais da China e a elevada renda petrolífera dos países produtores de petróleo criaram uma grande liquidez no sistema financeiro internacional.

Esse excesso de liquidez esbateu a sensibilidade e as precauções em relação à tomada de risco pelos investidores. Por outras palavras, o risco estava barato e, por isso, havia crédito barato e abundante.

A crise financeira desencadeada pelos problemas do segmento baixo do mercado hipotecário americano (“o “sub-prime mortgage”) veio secar a liquidez e provocar um “repricing” generalizado do risco em todos os segmentos do mercado. **O crédito tornou-se mais escasso e mais caro, o que do ponto de vista da correcção dos excessos cometidos no que toca ao risco de crédito até não seria mau. O problema é que a crise financeira também gerou uma crise de liquidez e afecta, fatal e inexoravelmente, o lado real da economia, a chamada economia real. Tal teria que acontecer pois a economia é um sistema, com dois lados, o financeiro e o real, a interagirem.**





O problema é que nos mercados financeiros muito desenvolvidos e sofisticados, como o americano, o mercado de crédito hipotecário transformou-se num mercado de activos: não interessa o rendimento do devedor, o que interessa é o activo (a casa) que ele vai comprar com o empréstimo. Por isso é que se chama a esse tipo de empréstimos os “NINJA – No income no jobs or assets” daquele que pediu o empréstimo. Enquanto o valor das casas for subindo, a instituição credora está segura pois, se o devedor não pagar, o emprestador vai-lhe buscar o activo que entretanto já se valorizou... O problema é quando a bolha imobiliária estoura e o valor do activo começa a descer...

O problema do “sub-prime mortgage” não é infelizmente apenas um problema que fique confinado aos EUA. Tal é imediatamente passado ao sistema financeiro internacional e por via disso à economia mundial, basicamente por dois mecanismos:



- 1) com o actuais sistemas de informação e comunicação**, qualquer problema numa praça financeira é transmitido imediatamente a todo o mundo;
- 2) com a actual inovação financeiro** temos cada vez mais: mercados de crédito e segmentos dos mercados obrigacionistas cada vez mais alavancados no refinanciamento das hipotecas; formas de titularização mais complexas que levam a que cada operação seja partida em diversas partes, com graus de risco diferenciados, que depois são agregados em novos produtos com “ratings” que permitem a sua colocação no mercado (aqui parece que as agências de “rating” facilitaram as coisas...) Os produtos mais conhecidos hoje em dia neste contexto dividem-se basicamente em ABS (“asset backed securities”) e CDO’s (“colateralized debt obligations”), consoante repousem em acções ou em títulos da dívida.



É então fácil de perceber que os produtos financeiros colocados em todo o mundo podem ter incorporados tranches de “loans” do “sub-prime mortgage” americano. Neste contexto, **talvez não se conheça ainda a verdadeira e real extensão da contaminação desses “loans” ao sistema financeiro internacional.**





III. OS RISCOS DE LIQUIDEZ

Vejamos então o problema. **A actual crise gerou um problema sério de liquidez no sistema financeiro, pois faltavam compradores e vendedores em vários dos segmentos do mercado, mercado interbancário inclusive.** Há dois tipos de liquidez, a **liquidez do mercado** (a facilidade com que um activo financeiro se pode converter em dinheiro ou meios mais líquidos) e a **liquidez creditícia** que é a facilidade com que se pode pedir emprestado a um banco ou a outra instituição financeira. Por exemplo, se as pessoas se assustam e querem todas levantar os seus depósitos num banco, isso cria um problema de liquidez nesse banco. Se as pessoas se assustam e querem resgatar os fundos de investimento isso criará um problema de liquidez no fundo se houver o resgate ou de falta de liquidez do produto financeiro se não houver.



Os bancos normalmente emprestam dinheiro uns aos outros através do mercado interbancário, o qual tem por função lubrificar o sistema movendo o “cash” para onde ele é mais necessário. É fácil de perceber que o preço com que os bancos emprestam dinheiro uns aos outros a curto prazo nesses mercados estará relacionado com a taxa de juro estabelecida pelo banco central quando actua como prestador de último recurso do sistema bancário, no que será então um mecanismo alternativo ao mercado interbancário. Quando há problemas de liquidez, as taxas de juro no mercado interbancário tendem a subir e por isso os bancos centrais ajudam, injectando liquidez (como fizeram o FED e o BCE) ou baixando a taxa de desconto com que emprestam aos bancos, como fez o FED.

Nesta crise, o problema da liquidez no mercado interbancário pôs-se basicamente por duas razões:



1. os bancos desconfiavam da situação dos seus congéneres, receando que eles estivessem muito afectados com os “loans” de subprime e por isso não queriam emprestar;
2. como poderiam necessitar de liquidez para resgatar fundos também se retraíram no mercado interbancário.

Os banqueiros centrais vieram então dizer que o seu objectivo é da estabilidade do sistema assegurando a normalização do financiamento dos mercados. Mas será realmente assim? É evidente que os banqueiros centrais terão de fornecer liquidez ao mercado a taxas de juro penalizadoras (pois que o seguro das más instituições não deve ser grátis...) e ajustar as taxas de juro às condições macroeconómicas. Mas não deverão fazer o “bailing out” dos especuladores pois se assim fosse, estes na próxima vez terão o mesmo comportamento. Alguns dizem que o FED ao baixar a taxa de desconto dos empréstimos aos bancos (atrás referida) tornou a injeção de liquidez muito barata e que o BCE, ao injectar grandes doses de liquidez, fez uma provisão excessiva. Bernanke no FED e Trichet no BCE jogam então a sua credibilidade nesta crise.



Outros dizem que os **bancos centrais não deviam regular apenas as instituições mas também os produtos**. Tal será excessivo, a nosso ver, pois significaria uma quase nacionalização dos bancos. Aqui **nos produtos quem falhou a nosso ver foram as agências de “rating” ao emitirem uma notação boa para produtos que a não mereciam** e por isso é que consideramos que **nesta crise “ficam mal no retrato” as agências de “rating” como na crise dos escândalos financeiros das empresas tipo Enron foram as empresas de auditoria a “ficar mal na fotografia”**.





IV. BASILEIA II E A GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO

No **Sistema Bancário** existe concorrência entre várias instituições, mas há **falhas de mercado ligadas aos custos de transacção e a assimetrias de informação entre as empresas e os clientes** que justificam a existência de regulação económica.

Há um **problema da agência nos bancos com as consequentes assimetrias da informação: no crédito, o banco é o principal e o cliente o agente, enquanto nos depósitos o cliente é o principal e o banco o agente**. Mas quer na economia real, quer no sistema financeiro existe óbvia assimetria de informação entre o regulador e o regulado, o que leva a que a regulação económica também seja imperfeita, como tudo na vida...

Por outro lado, há outra grande diferença entre uma empresa da economia real e um banco no sistema financeiro. É que quando uma empresa industrial ou de serviços entra em dificuldades, esse facto não se propaga a toda a economia, ao passo que num banco há o risco de as suas dificuldades se propagarem a todo o sistema (risco sistémico).





Por tudo isto, a **supervisão bancária tem um papel extremamente importante de regulação económica e de prevenção dos riscos sistémicos.**

Não é incorrecto, em termos de teoria económica, assumir maiores riscos até um determinado limite desde que o preço desse risco seja correctamente calculado.

O capital é seguramente uma das mais importantes matérias para os reguladores, accionistas ou investidores dum banco, determinando em larga medida o que um banco pode fazer. Financeiramente, o capital do banco está ligado à sua capacidade para emprestar aos clientes, para fazer aquisições e para remunerar os accionistas através dos dividendos ou do *buy back* (se houver excesso de capital).

Por outro lado, do ponto de vista estratégico, as exigências de capital, impostas pelo regulador, influenciam o mix de produtos dum banco, na medida em que umas linhas de negócio "consomem" mais capital que outras.

O capital regulamentar de um banco é o capital mínimo imposto pelo regulador.



O capital económico de um banco é o capital que permite fazer face às perdas não esperadas, que têm uma muito pequena mas definida hipótese de ocorrerem.

Perdas esperadas são, como a expressão indica, as que se espera acontecerem num curto período de tempo com uma certa probabilidade, enquanto as perdas não esperadas traduzem a volatilidade das perdas esperadas, ou seja, as perdas em que se poderá incorrer para além das perdas esperadas.

Basileia II tenta justamente aproximar o capital económico do capital regulamentar, o que levará os bancos a melhorarem e sofisticarem as técnicas de análise e cálculo de risco de forma a optimizarem o capital regulamentar, aproximando-o do capital económico.

Por outras palavras, tal significará que os bancos devem ter um capital mínimo que sirva de caução e responda pelas perdas não esperadas.



Terão ainda de ser tomados em consideração no capital económico, para além destes riscos de crédito, outros riscos, como os operacionais.

Aos riscos de crédito (revistos no Basileia II como vimos) e de mercado (que se mantém como estava no Basileia I), acrescenta-se, assim, um novo risco, o Risco Operacional (RO).

O Risco Operacional (RO) é definido como sendo o risco das perdas directas ou indirectas resultantes de inadequados processos de operação ou de falhas humanas, legais, informáticas, de procedimentos ou ligadas a causas externas (por exemplo, destruição ou danos consideráveis nos edifícios ou nos sistemas bancários devido a catástrofes, atentados, etc.).

A edição de 18 de Maio de 2002 do “*Economist*” vem pôr em causa as agências de *rating* na regulação do sistema financeiro, dizendo que os reguladores e os investidores dependem demasiadamente dos *ratings* de crédito, estando a pedir-se demasiado às agências de *rating*. A actual crise financeira vem de novo chamar a atenção para a má performance dessas agências, reforçando essas considerações do “*Economist*”



V. INOVAÇÃO FINANCEIRA E A GESTÃO DOS RISCOS NO SISTEMA FINANCEIRO

De acordo com Basileia II, o capital dos bancos será então alocado tendo em conta o risco dos activos.

Isto encoraja os bancos quer a usar mais derivativos de crédito para venderem o risco das suas carteiras de crédito quer a vender activos (securitização de créditos) os quais são reempacotadas em instrumentos de dívida (debt securities).

O risco torna-se com Basileia II uma batata quente que convém passar para outros o mais rapidamente possível...

Assim, os bancos, pressionados por Basileia II, estão a vender o risco a um conjunto diversificado de “players” que, em principio, têm menos competência para gerir riscos que os bancos, como vimos aliás na actual crise do sistema financeiro.



Há assim um “trade-off” no sistema financeiro entre diversificação do risco e qualidade de gestão desse risco, não sendo claro o balanço do tal “trade-off” para a estabilidade do sistema financeiro e para o risco visto numa perspectiva macro-prudencial.

Com Basileia II cada banco ficará mais apetrechado para fazer o “pricing” e a transacção dos riscos, mas globalmente o sistema financeiro ficará pior em termos de tomar os riscos.

No fundo, o capital dos bancos é apenas uma linha de defesa contra os riscos sistémicos e aqui **Basileia II em teoria melhora a situação individual de cada banco mas ao incrementar a venda do risco a players com menores competências para o gerir, pode criar novos “triggers” para uma nova crise geral.**



Basileia II preocupou-se muito em melhorar e sofisticar a gestão dos riscos de crédito, de mercado e operacional mas **é omissa em relação à gestão dos riscos de liquidez nos bancos, riscos estes particularmente evidentes na actual crise financeira.**

Apesar de no capital em teoria os bancos ficarem melhores, estará em causa a sua capacidade para lidarem com crises de liquidez e “credit crunches”, na sequência de uma crise geral do sistema financeiro, como a actual crise financeira vem chamar a atenção

Há então, a nosso ver, que **completar o enquadramento regulatório de Basileia II**, introduzindo, além das preocupações com os riscos de crédito, de mercado e operacionais, **também os riscos de liquidez** e os respectivos “stress tests” na gestão dos riscos dos bancos.

Em suma, a lógica de Basileia II incentiva à venda dos riscos pelo sistema bancário, a inovação financeira cria então novos produtos (em que esse risco está incorporado), acabando o efeito conjugado de tudo isto por vir criar novos riscos ao sistema financeiro, riscos esses para os quais a supervisão está mal preparada, pois que a inovação financeira está sempre em avanço em relação à regulação e supervisão

